



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO CONTROLE DESPESA PÚBLICA

LEI Nº 360/2020

Cacimbas – PB em 21 de setembro de 2020.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE CACIMBAS, PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACIMBAS - ESTADO DA PARAÍBA,
faz saber que Câmara Municipal **APROVOU** e fica **SACIONADA** a Seguinte lei

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita do Município de CACIMBAS para o exercício de 2021, no montante de R\$ 33.057.585,00 (Trinta e três milhões, cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais), e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, §5º, da Constituição e será discriminado pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuição, Transferências, Operações de Crédito e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação Vigente e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação:

I – Receitas do Tesouro

RECEITA BRUTA	29.224.121,00
Receita Correntes	27.296.521,00
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	396.910,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	23.370,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	500,00
Receita Serviços	91.000,00
Transferências Correntes	25.896.025,00
Outras Receitas Correntes	888.716,00
Receitas de Capital	1.927.600,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	110.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	926.800,00
Outras Receitas de Capital	890.800,00
Receitas - Correntes Intra Orçamentária	0,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria - Intra	0,00

Contribuições – Intra Orçamentaria	0,00
Receita Patrimonial – Intra- Orçamentaria	0,00
Receita Agropecuária – Intra- Orçamentaria	0,00
Receita Industrial – Intra- Orçamentaria	0,00
Receita de Serviços – Intra- Orçamentaria	0,00
Transferências Correntes – Intra Orçamentaria	0,00
Outras Receitas Correntes – Intra Orçamentaria	0,00
Receitas de Capital – Intra – Orçamentaria	0,00
Operações de Credito – Intra Orçamentaria	0,00
Alienação de Bens – Intra – Orçamentaria	0,00
DEDUÇÕES	(2.623.150,00)
Dedução do FUNDEB – Cota-parte do Fundo de participação dos Municípios	(2.252.000,00)
Dedução do FUNDEB – Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	(100,00)
Dedução do FUNDEB – Transferencia Financeira do ICMS Desoneração L	(200,00)
Dedução do FUNDEB – Cota-Parte do ICMS	(352.516,00)
Dedução do FUNDEB – Cota-Parte do IPVA	(18.140,00)
Dedução do FUNDEB – Cota-Parte do IPI	(194,00)
TOTAL	26.600.971,00

II – Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

RECEITA BRUTA	6.593.501,00
Receitas Correntes	4.112.594,00
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	0,00
Receita de Contribuições	1.323.492,00
Receita Patrimonial	595.278,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita Serviços	0,00
Transferências Correntes	2.137.824,00
Outras Receitas Correntes	56.000,00
Receitas de Capital	992.415,00
Operações de Credito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Emprestimos	0,00
Transferências de Capital	992.415,00
Outras Receitas Capital	0,00
Receitas Correntes – Intra – Orçamentaria	1.488.492,00
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria – Intra - Orçamentaria	0,00
Contribuições – Intra Orçamentaria	1.488.492,00
Receita Patrimonial – Intra- Orçamentaria	0,00
Receita Agropecuária – Intra- Orçamentaria	0,00
Receita Industrial – Intra- Orçamentaria	0,00
RECEITA BRUTA	6.593.501,00
Receitas Correntes – Intra – Orçamentaria	1.488.492,00
Receita de Serviços – Intra- Orçamentaria	0,00
Transferências Correntes – Intra Orçamentaria	0,00
Outras Receitas Correntes – Intra Orçamentaria	0,00
Receitas de Capital – Intra – Orçamentaria	0,00
Operações de Credito – Intra Orçamentaria	0,00
Alienação de Bens – Intra – Orçamentaria	0,00

DEDUÇÕES	(136.887,00)
Dedução APL RPPS – Remuneração dos recursos do Regime Próprio de	(136.887,00)
TOTAL	6.456.614,00

Total Geral da Receita ----- >	33.057.585,00
--	----------------------

Art. 3º A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas, Projetos e Atividades, dimensionada nos Anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

Despesa por Unidade Orçamentária

I – Despesas do Tesouro

Código	Descrição	Valor em R\$	%
01000	CÂMARA MUNICIPAL	865.140,00	2,62%
02000	GABINETE DO PREFEITO	478.434,00	2,62%
03000	PROCURADORIA JURÍDICA	108.690,00	0,33%
04000	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	34.751,00	0,11%
05000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E DESPESA PÚBLICA	44.599,00	0,13%
06000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	226.124,00	0,68%
07000	SECRETARIA DE FINANÇAS	1.136.664,00	3,44%
08000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14.372.688,00	43,48%
09001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.716.454,00	8,22%
10000	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	360.007,00	1,09%
10001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	597.373,00	1,81%
11000	SECRETARIA DE TRANSPORTES	239.007,00	0,72%
12000	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	39.613,00	0,12%
13000	SECRETARIA DA AGRICULTURA	691.612,00	2,09%
14000	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SANEAMENTO	2.515.475,00	7,61%
16000	SECRETARIA DA CULTURA	198.163,00	0,60%
17000	SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTE	378.285,00	1,14%
99000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	545.391,00	1,65%
Total----- >		25.548.470,00	77,28%

II – Despesas de Outras Fontes da Administração Indireta

Código	Descrição	Valor	%
09001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.183.540,00	12,66%
15000	INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE CACIMBAS	3.325.575,00	10,06%
Total----- >		7.509.115,00	22,72%

Despesas por Categoria Econômica

I – Despesas do Tesouro

DESPESAS CORRENTES	14.399.327,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.520.257,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.876.070,00
DESPESA DE CAPITAL	5.303.060,00
INVESTIMENTOS	4.923.060,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	545.391,00
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	545.391,00
Total----- >	25.548.470,00

II – Despesas de outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

DESPESAS CORRENTES	4.611.806,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.224.529,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.387.277,00
DESPESA DE CAPITAL	567.404,00
INVESTIMENTOS	557.404,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.329.905,00
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.329.905,00
Total----- >	7.509.115,00

Total Geral da Despesa →→→→→→→→→→→→→	33.057.585,00
---	----------------------

Art. 4º - O Poder Executivo, mediante Decreto, promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações sancionadas a cada órgão e no interesse da administração, poderá designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias, nos termos do Art. 66 da lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 5º - A execução da despesa é consignadas a existência de recursos financeiros suficientes cabendo ao poder Executivo Municipal Tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

Parágrafo Único – Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observando o disposto da alínea “c” do inciso I do Artigo 4º da Lei nº 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) e as Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA).

Art. 6º - Para execução do Orçamento de que trata a Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Fica o Poder Executivo, respeitando as demais prescrições Constitucionais e nos Termos da Lei 4.320/64, a abrir Crédito Adicionais Suplementares até o valor correspondente a 50% (Cinquenta Porcento), dos orçamentos Fiscal e Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valões que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) Reforçar dotações, utilizando como fonte de recursos compensatórios a reserva de contingência: observando o disposto no Art. 5º, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Atender Insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no parágrafo I, do , da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º O limite fixado no inciso I, deste Artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.

II – Aprovar o Quadro de Detalhamento da Despesa das Entidades da Administração Indireta para o Exercício de 2021, podendo abrir Créditos Suplementares até o Limite Previsto no Inciso I deste Artigo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor no ano de 2021, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Geraldo Terto da Silva
Prefeito